

Ata da 235ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida por meio de videoconferência, nos dias 10 a 13 de dezembro de 2020, Gestão 2020-2023 –
Melhor Ir à Luta com Raça e Classe em Defesa do Serviço Social.

1 Nos dias dez a treze de dezembro de dois mil e vinte e um, reuniram-se, por meio de
2 videoconferência (Plataforma *Teams*), as conselheiras constantes da lista de presença em termo
3 próprio, para participarem da 235ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno, conforme
4 convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS Nº 52/20, de 25 de novembro de 2021.
5 Estiveram presentes em todos os dias e horários à reunião as(o) seguintes conselheiras(o): Maria
6 Elizabeth Santana Borges (Conselheira presidente); Maria Rocha (Conselheira vice-
7 presidente); Dácia Teles (Conselheira 1ª secretária); Daniela Moller (Conselheira 2ª secretária);
8 Kelly Melatti (Conselheira 1ª tesoureira); Francielli Borsato (Conselheira 2ª tesoureira);
9 Priscilla Cordeiro (Membra do Conselho Fiscal); Mauricléia Soares dos Santos (Conselheira 3ª
10 Suplente); Dilma Franklin (Conselheira 5ª Suplente); Emilly Tenório (Conselheira 6ª Suplente);
11 Ruth Bittencourt (Conselheira 7ª Suplente); Eunice Damasceno (Conselheira 8ª Suplente); e
12 Kênia Figueiredo (Conselheira 9ª Suplente). Registra-se que houve participação no pleno com
13 ausências por distintos motivos, conforme seguem as datas de cada uma das/o conselheiras/o:
14 Lylia Rojas (Membra do Conselho Fiscal) nos dias 11(sexta) e 12 (sábado); Elaine Pelaez
15 (Conselheira 1ª Suplente) e Carla Pereira (Conselheira 2ª Suplente) no dia 10 (quinta); Agnaldo
16 Knevit (Conselheiro 4º; Suplente) nos dias 10 (quinta) e 12 (sábado); e Alessandra Dias
17 (Membra do Conselho Fiscal) no dia 13 (domingo). Também participaram as assessorias
18 especiais Cristina Abreu e Zenite Boga; assessorias jurídicas Érika Medeiros, Sylvia Terra e
19 Vitor Alencar, o assessor de comunicação Rafael Werkema e a trabalhadora Sandra Sempé. No
20 dia doze de fevereiro, com início previsto para às dezoito horas, o Pleno foi iniciado às dezoito
21 horas e quarenta e nove minutos (18h49min), os trabalhos foram abertos pela Presidenta que,
22 após as saudações iniciais, ponderou com o grupo que para garantir o quórum do Pleno, que o
23 horário de início da reunião das quintas-feiras seja alterado para 19h, estendendo, se necessário,
24 a hora de finalizar. Dando continuidade fez a leitura da pauta que foi aprovada com alterações
25 realizadas pelo Colegiado. O primeiro ponto da pauta foram os informes: i. Participação II
26 Colóquio Internacional da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) em que o Cfess foi
27 representado pela presidenta Beth, que falou acerca da importância do Cfess na definição do
28 Serviço Social Brasileiro, numa perspectiva crítica; ii. Assembleia da Abepss: contou com a
29 participação da Beth, Eunice, Alessandra, Ruth (observadora) e Elaine (observadora). O evento

30 foi online e contou com a participação de 326 pessoas, com representação de várias unidades
31 de ensino através de delegados(as). As deliberações refletiram a articulação entre Abpess e
32 Cfess, principalmente, no item das relações internacionais que terá repercussão no Comitê
33 Internacional; iii. Comitê Internacional: reunião realizada, no dia 25 de novembro, com a Tânia
34 Diniz, cujo objetivo foi preparar o encontro que será realizado com os/as convidados/os que
35 comporão o Comitê Internacional, no dia 17/12, onde será discutido um calendário das
36 atividades para o ano de 2021; iv. Nova gestão do Fórum de Formação e Trabalho: a primeira
37 reunião de transição foi realizada no dia 01/12 com as presenças de Maria (contribuiu com a
38 discussão de formação e trabalho) e Eunice (será a pessoa de referência no Fórum), as duas
39 acompanharão as atividades do Fórum; v. Luta das residências: foram faladas sobre algumas
40 atividades do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que terá uma mesa sobre as residências
41 multiprofissionais, no dia 11/12 pela manhã; vi. Convites: a) Enviado pelo Departamento de
42 Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) convite em comemoração aos
43 80 anos do Serviço Social em PE, 11/12/2020, às 14h, que em que pese a importância, o Cfess
44 responderá quanto a incompatibilidade de agenda, pois o conselho pleno coincidiu com o
45 evento; b) O Cfess recebeu convite do SEU JORNAL, telejornal da TVT-TV dos Trabalhadores
46 de São Paulo (www.tvt.org.br), convidou para entrevistar um representante do Cfess para falar
47 sobre nota que publicou contra os novos ataques à política de Saúde Mental na segunda-feira,
48 dia 14, às 11 horas, por *skype* ou *zoom*. **Encaminhamento:** a representação do Cfess pela
49 Elaine Pelaez (responsável por responder aos convites: Sandra). Findo os informes foi realizada
50 a análise de conjuntura considerando os resultados eleitorais e repercussões no âmbito do
51 Conjunto Cfess Cress com amplo debate e a identificação de que se faz necessário atuar junto
52 aos Regionais com o propósito de garantir a defesa do Serviço Social Brasileiro. A reunião foi
53 finalizada às vinte horas e quarenta e seis minutos (20h46min). No dia 11/12, a reunião foi
54 iniciada às quatorze horas e dez minutos (14h10min), com a apresentação do Plano
55 Orçamentário 2021 pelo assessor contábil, Vilmar, que ressaltou que o Cfess possui uma única
56 fonte de receita que é proveniente das anuidades, taxa e emolumentos, dado o contexto, avalia
57 um orçamento menor que o do exercício de 2020, no entanto, as ações foram planejadas como
58 projetos que atendem as áreas finalísticas desta autarquia. Para isso, a proposta orçamentária
59 do Cfess relativo ao exercício de 2021, foi apresentada no seguinte formato: **a.** Demonstrativo
60 Analítico da Receita e Despesa; e **b.** Demonstrativo da Despesa por Centro de Custos. Foram
61 discutidos os projetos de complementação orçamentária como a LGPD e adequação de
62 Segurança do Trabalho, que podem utilizar recursos do valor do superávit. Após discussões e

63 análises, a proposta orçamentária de receita e despesa para 2021 com os ajustes sugeridos foi
64 aprovada pelo Conselho Pleno. Em continuidade foi visto pelo coletivo que se faz necessária a
65 composição de um grupo de trabalho (GT) para elaborar a parte descritiva do Plano de Metas
66 2021, pois o documento deve conter uma apresentação, roteiro e explicações políticas, ou seja,
67 não deve ser apresentado apenas como uma peça técnica orçamentária. Foi aprovado pelo
68 Conselho Pleno a seguinte composição do GT: Lylia, Maria, Carla e Zenite. Outro ponto
69 discutido se refere a orientação do relatório integrado de gestão 2020, inclusive a composição
70 do grupo para sistematizar o documento, cujo prazo é 31 de março de 2021 para a postagem no
71 Portal Transparência, no site do Cfess, com atendimento aos pontos solicitados e dispostos na
72 Decisão Normativa TCU n.º187/2020. Foi explicado que neste documento devem constar as
73 ações de 2020 e de janeiro a março de 2021, os próximos deverão ser elaborados mensalmente
74 e o balancete terá que ficar pronto até o dia 5 de cada mês para cumprir às novas exigências do
75 TCU. Ou seja, o balancete terá que ser imediatamente publicizado e deve estar aprovado pelo
76 Conselho Pleno. Dadas a informações necessárias, foi aprovada a composição do Grupo pelo
77 Conselho Pleno: Kelly, Franciele, Emilly, Vilmar, Cristina e também o grupo para elaboração
78 de prestação de contas: Maria, Franciele, Vilmar. Neste processo de discussão também foram
79 recuperadas questões abordadas em plenos anteriores pela Diretoria Executiva quanto a
80 assuntos que o Cfess tem sido demandado e que cabem aprofundamentos no atual contexto
81 como: relação com os sindicatos, questões da educação, comunicação como direito humano, as
82 relações internacionais na América Latina, Serviço Social Clínico Terapêutico (as demandas ao
83 Cfess começaram a surgir a partir da década de 90, consultas sobre esse assunto); alienação
84 Parental, questão da saúde, questão urbana, questão agrária, dentre outros. Assim, foi avaliado
85 e encaminhado que há materiais internos no Cfess que devem ser recuperados e organizados de
86 modo a subsidiar posicionamentos e produções textuais. **Encaminhamento:** i. Resgatar os
87 vários materiais/documentos já elaborados pelo Cfess e seus posicionamentos, como por
88 exemplo, do Serviço Social Clínico; ii. Compartilhar o material produzido por profissionais
89 sobre o tema alienação Parental (responsável: Cristina). Findo esse ponto, foi passada a fala
90 para a **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO**, que apresentou para o colegiado a proposta de
91 texto para a mensagem de final de ano, que foi lida e aprovada pelo Pleno com algumas
92 sugestões de adequações. Na sequência, também foi lido o texto formulado para ser a
93 apresentação da agenda assistente social 2021, em que foi ressaltado pelas conselheiras a
94 importância do projeto “ética em movimento” e a emoção de ter a agenda 2021 com este o

95 tema. Foram sugeridas algumas alterações no texto que serão incluídas posteriormente pela
96 Comissão de Comunicação, mas como não alteram o teor, o Pleno aprovou o texto elaborado.
97 Sendo este o último ponto debatido no dia. Na manhã do sábado, 12/12, o Pleno foi iniciado às
98 nove horas (9h), com pontos relativos a DIRETORIA EXECUTIVA. A conselheira Beth
99 informou o resultado das atividades realizadas pelo GT Trabalho, integrante da comissão
100 administrativo financeiro, formada pelas conselheiras Beth, Dácia, Mauricléia e trabalhadores/a
101 Diogo, Lucas e Sandra, cujas ações foram organizadas em duas frentes: i. Pensar a lógica do
102 trabalho administrativo, para isso, o GT elaborou um questionário para levantamento de ações
103 por área e conversou com todos os trabalhadores. As informações colhidas foram sistematizadas
104 por Sandra, Diogo e Lucas, e possibilitou fazer um diagnóstico que subsidiou a formulação de
105 uma proposta de rojetop para 2021 com vistas ao aprimoramento da gestão administrativa do
106 Cfess também inserido na proposta orçamentária; ii. Identificar principais dificuldades para
107 organizar as próprias relações de trabalho, sobretudo diante da ausência da área de recursos
108 humanos de trabalho (como férias e folgas), que hoje perpassa por vários setores, mas que
109 demonstra a importância de criar procedimentos formais e de redesenho da estrutura
110 organizacional da entidade. A proposta é trabalhar com o desenho de unidades administrativas,
111 conforme dispostas na legislação do Cfess, mas cuja efetivação será um debate construído
112 coletivamente. Ao final da apresentação foi informado que feita essa entrega o GT será desfeito
113 e que cabe instituir uma comissão permanente de trabalho (CPT) para a discussão das relações
114 de trabalho e demais proposições. Outro ponto discutido foi relativo ao voto *online*, sendo
115 informado que a Comissão Permanente de Licitação (CPL) está em andamento com o processo
116 de contratação de empresa, mas até o momento está sendo aguardada a resposta da empresa de
117 auditoria para definir a contratação. Foi apresentado ainda o Cronograma simplificado de
118 processo licitatório, prazos estabelecidos que foi aprovado pelo Pleno. **Encaminhamento:**
119 Publicação do edital de eleição em janeiro de 2021 (Comissão Eleitoral). Agenda de
120 planejamento de férias, ACT e calendário 2021 que foi apresentado por Sandra Sampé: i. o
121 planejamento de férias dos trabalhadores do Cfess para conhecimento das/o conselheiras/o e
122 informado que quando houver alterações este será atualizado e reencaminhado para
123 conselheiras/o (responsável: Sandra); ii. Recesso de final de ano: apresentada proposta de
124 recesso final de ano dos trabalhadores/as: 1º Período- 21 a 25/12/2020 – Cristina, Rafael,
125 Rodrigo, Antônio, Gleyton, Vitinho, Andrey, Graça; e 2º Período - 28/12/2020 a 1º/01/2021 –
126 Zenite, Adriane, Diogo, Wilson, Italo, Maurício, Sandra, Lucas, Ester, Jarbas (Wescley está em
127 férias em todo mês de dezembro/2020). Essa proposição foi aprovada pelo Pleno; iii. Concessão

128 de ponto facultativo as/os trabalhadores: apresentada minuta de portaria, que concede ponto
129 facultativo aos/às trabalhadores/as do Conselho Federal de Serviço Social (Cfess) nos dias
130 “pontes” a feriados do exercício de 2021: 15 de fevereiro (segunda-feira); 17 de fevereiro
131 (quarta-feira); 01 de abril (quinta-feira); 04 de junho (sexta-feira); 11 de outubro (segunda-
132 feira); 01 novembro (segunda-feira); 24 de dezembro (sexta-feira) e 31 de dezembro (sexta-
133 feira). O Pleno aprovou a proposta. **Encaminhamento:** elaborar portaria e dar conhecimento
134 aos Regionais (responsável: Sandra). Na sequência, foi discutida a pauta sugerida para a reunião
135 com trabalhadores, dia 14/12, às 14h: informes sobre atividades do GT trabalho, Planejamento
136 de ações do Cfess; plano de retorno com segurança ao trabalho presencial; informe sobre abono
137 previsto no acordo coletivo; avaliação da gestão pontos para melhoria; sarau virtual. O
138 colegiado aprovou a proposta. Na sequência foi apresentada a proposta para adequação do Cfess
139 à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em que a conselheira Dácia recuperou o debate
140 realizado no pleno anterior, onde foi deliberado que que nos meses de janeiro e fevereiro o GT
141 mapeará a estrutura e a partir disso elaborará um Termo de Referência (TR). Assim, na próxima
142 semana haverá uma conversa com os trabalhadores indicados para compor o GT de modo a
143 iniciar o diálogo para identificar dentre os trabalhadores do GT quem poderia assumir a posição
144 de encarregado, que é uma atuação prevista na LGPD. Aprovadas as proposições pelo Pleno.
145 **Encaminhamento:** i. Formalizar aos Cress por meio de ofício sobre a vigência da LGPD; ii. O
146 GT levantará informações para subsidiar a TR e submeter a apreciação do pleno em 2021.
147 Sistematização dos convites ao Cfess em 2020: foi apresentado por Sandra com apoio da
148 trabalhadora Ester, um levantamento dos convites feitos ao Cfess nos últimos meses, o quadro
149 permite a visualização dos espaços em que o Cfess tem incidido por meio de participações em
150 eventos externos. O Pleno avaliou que essa sistematização de convites permite entender por
151 onde passamos, mas ainda falta definir melhor os fluxos, os critérios de como atender e o que
152 atender, e a socialização das discussões e das falas de representação. Foi ratificada a
153 importância de que todos os convites devem ser enviados para o *email* do Cfess, com
154 antecedência para a definição de participação. **Encaminhamento:** acompanhamento inicial dos
155 convites para definir um procedimento que atenda melhor a dinâmica do Cfess (responsáveis:
156 Sandra e Dácia). Foi apresentada por Kelly a proposta de um “Plano de Apoio Financeiro aos
157 Cress – 2020”, essa proposição atendia ao que foi aprovado no Pleno de Novembro/2020 o
158 aporte de R\$1.000.000,00 destinado aos Regionais que necessitarem de apoio financeiro para
159 fechamento das contas de 2020. Com isso, foi enviado ofício circular nº 181/2020, em

160 30/11/2020, para todos os regionais e houve retorno de 06 (seis) Cress até o dia 11/12/2020.
161 Das respostas recebidas, os Cress 9ª Região (SP) e Cress 25ª Região (TO) agradeceram e
162 parabenizaram a iniciativa do Cfess, mas informaram não precisar do aporte financeiro
163 oferecido. Foi solicitado um total de R\$ 387.940,12. Após debates e considerações do Pleno e
164 os argumentos de que o repasse mesmo com pendência de certidões é defensável do ponto de
165 vista jurídico considerando que a finalidade do recurso se destina ao pagamento de
166 trabalhadores. Não se configura como uma medida irresponsável, é uma medida político
167 jurídico, pode ser assumida e tem todos os fundamentos jurídicos. Aprovado o repasse
168 financeiro para apoio aos Cress GO, PE e AP, mesmo com pendências na apresentação de
169 certidões, considerando a excepcionalidade do momento e a natureza das despesas (salários de
170 funcionário, em sua maioria). Deliberado por acompanhar os Cress PE e AP com respectivas
171 orientações e monitoramento da regularização fiscal. Deliberado por reforçar a importância de
172 garantir a prestação de contas em janeiro de 2020. Prazo: IMEDIATO. **Encaminhamento:**
173 Providenciar meios para o repasse (responsáveis: Tesouraria, CPL e Setor financeiro) e
174 orientações quanto a prestação de contas. Outro debate realizado se refere ao abono pago aos
175 trabalhadores: Os trabalhadores informaram no GT Trabalho da cláusula do acordo coletivo de
176 trabalho, que prevê pagamento de abono em caso de superávit do Cfess. Foi apresentada uma
177 série histórica desse valor pago há 14 anos e que desde 2015 vem sendo pago no valor de R\$
178 1.500,00. Feitas as análises jurídicas e contábeis, a Vitor e Vilmar, que o saldo positivo não se
179 configura como superávit haja vista que o Cfess não é empresa e não visa lucro, uma vez que os
180 recursos são decorrentes de tributos. Foi feito amplo debate entre os presentes que deve
181 continuar no sentido de ampliar esse debate, deixando claro que não se trata de opor a defesa
182 dos direitos dos trabalhadores com os de assistente sociais, mas que cabe pensar a questão. Foi
183 deliberado pelo Pleno que será mantido o valor do ano passado e essa pauta será incluída na
184 próxima negociação de ACT. **Encaminhamento:** Providências para efetivar o pagamento do
185 abono (Tesouraria e Financeiro). Foi apreciado o pedido de adicional de incentivo a
186 especialização e escolaridade previsto no acordo coletivo, que foi requisitado pelo trabalhador
187 Lucas que enviou toda a documentação, que foi analisada pela Diretoria Executiva. O pleno
188 aprovou o pleito. **Encaminhamento:** A tesouraria tomará providências necessárias. Iniciada a
189 **COMISSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRO**. O ponto de pauta seguinte tratou da
190 necessidade de iniciar o planejamento do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS),
191 que está previsto para o ano de 2022. O Pleno deliberou pela instituição de um GT que será
192 composto por Ruth, Lylia e assessora Cristina. **Encaminhamento:** O GT iniciará o debate para

193 planejar o evento (responsáveis: Ruth, Lylia e Cristina). **CONSELHO FISCAL** apresentou os
194 seguintes pareceres: **i.** Parecer do Conselho Fiscal nº 14/2020, que teve como referência de
195 análise as informações da plataforma digital de contas e auditoria (sistema Implanta), relatórios
196 da assessoria contábil, quanto as propostas orçamentárias dos Conselhos Regionais de Serviço
197 Social (Cress) para exercício de 2020, enviadas à este conselho entre 10/11/2020 e 11/12/2020.
198 Manifestou-se favorável à aprovação das propostas orçamentárias dos regionais: Cress 1ª PA,
199 Cress 2ª MA, Cress 3ª CE, Cress 4ª PE, Cress 5ª BA, Cress 8ª DF, Cress 10ª RS, Cress 13ª PB,
200 Cress 14ª RN, Cress AM 15ª AM, Cress 16ª AL, Cress 18ª SE, Cress 22ª PI, Cress 26ª AC,
201 Cress 27ª RR, todas as propostas orçamentárias foram aprovadas pelo Pleno; **ii.** Apresentado
202 Parecer do Conselho Fiscal nº 17/2020, sobre o balancete Cfess, referente ao mês de Novembro,
203 a partir de análise de informações financeiras e documentos disponíveis em plataforma digital
204 (sistema implanta), o relatório da assessoria contábil manifesta-se a favor da aprovação das
205 contas apresentadas no relatório. O Conselho Pleno aprovou o balancete do Cfess mês de
206 novembro; **iii.** Parecer do Conselho Fiscal nº 18/2020, dos balancetes trimestrais dos Cress,
207 referente ao ano de 2020, encaminhados ao Cfess entre 11/11/2020 e 11/12/2020 tendo como
208 referência os relatórios contábeis da Assessoria contábil e manifesta-se sobre a regularidade dos
209 documentos apresentados pelos Cress: Cress 8ª DF, Cress 17ª ES, Cress 18ª SE, Cress 24ª AP,
210 Cress 25ª TO. Aprovados pelo Pleno os balancetes trimestrais dos regionais: Cress 8ª DF, Cress
211 17ª ES, Cress 18ª SE, Cress 24ª AP, Cress 25ª TO; **iv.** Também foram avaliados os balancetes
212 do segundo trimestre referente ao ano de 2020 dos regionais: Cress 1ª- PA, Cress 3ª CE, Cress
213 8ª DF, Cress 9ª SP, Cress 16ª AL, Cress 17ª ES, Cress 18ª SE, Cress 19ª GO, Cress 21ª MS,
214 Cress 22ª PI, Cress 24ª AP, Cress 25ª TO, Cress 26ª AC. O Pleno acatou o parecer favorável do
215 Conselho Fiscal dos balancetes do segundo trimestre dos regionais citados; **v.** O conselho fiscal
216 apreciou os balancetes do terceiro trimestre dos regionais: Cress 2ª MA; Cress 3ª CE; Cress 5ª
217 BA; Cress 8ª DF; Cress 12ª SC; Cress 16ª AL; Cress 20ª MT; Cress 21ª MS; Cress 22ª PI; Cress
218 24ª AP; Cress 25ª TO; Cress 26ª AC. Todos foram aprovados mediante a manifestação do
219 Pleno; **vi.** Na sequencia, o Conselho Fiscal do Cfess, após análise que considerou os relatórios
220 da assessoria contábil do Cfess, manifestou-se favorável à aprovação dos pedidos de
221 reformulação da proposta orçamentária para exercício de 2020, dos seguintes Conselhos
222 Regionais de Serviço Social - Cress: Cress 11º PR 1º Reformulação e Cress 26º AC 1º
223 Reformulação, que foram acatadas pelo Conselho Pleno; **vii.** Por fim, o Conselho Fiscal do
224 Cfess, por meio do Parecer nº 17/2020, após análise de informações financeiras e documentos

225 disponíveis em plataforma digital (sistema implanta) e do balancete Cfess referente ao mês de
226 Novembro (Relatório Contábil Cfess nº 11/2020) do corrente ano, receita – despesa; Superávit
227 patrimonial; Gasto com pessoal, Comportamento da receita comparativa 2019, 2018;
228 Distribuição da receita patrimonial DIP, outras receitas correntes e receita de capital;
229 Comparativo da receita da cota parte dos Cress, manifestou-se a favor da aprovação das contas
230 apresentadas no referido relatório, emitido pela assessoria contábil deste conselho. Foi
231 registrado pelo Conselho Fiscal que fez busca ativa de Regionais que possuem pendência de
232 balancetes que estão sendo orientados para regularizar a situação. **Encaminhamento:** A
233 Comissão Adm-Fin e Conselho Fiscal organizarão reuniões de orientação com Regionais que
234 possuem pendências acumuladas. Logo após, foi apresentado pela CPAD o Manual de Gestão
235 Documental do Cfess, com descrição recebimento de documentos, arquivamento, acesso a
236 documentos dentre outros, sistemas de gestão documental, objetivo do manual, procedimentos
237 da gestão documental, atividades de protocolo, recebimento, classificação e registro, quanto aos
238 documentos não digitais, quanto aos documentos digitais, conversão de documentos não
239 digitais em digitais e vice-versa, distribuição, controle da tramitação, expedição, exigência,
240 autuação de processos, atividades de arquivo, das responsabilidades, glossário. Esse manual
241 tem caráter orientativo e possui orientações voltadas para documentos públicos, no entanto,
242 possui orientação ao manuseio e arquivamento dos documentos sigilosos, na forma da lei de
243 classificação. O Manual de Gestão Documental do Cfess foi aprovado pelo Pleno.
244 **Encaminhamento:** Enviar para todas as conselheiras/o e trabalhadores e quem tiver sugestões
245 encaminhar (CPAD). Prosseguindo, foi apresentada a Pesquisa do perfil profissional e o
246 andamento do trabalho da empresa de estatística com os dados, sendo dito que tão logo se
247 obtenham os resultados será socializado com todas/o. Também foi partilhada a proposta de
248 agenda para conversar com as professoras que farão análise dos dados com o propósito de
249 alinhar acerca do que foi inicialmente o projeto e as possibilidades que se configuram no atual
250 cenário. **Encaminhamento:** Agendar reunião intercomissões (Cofi, Adm-Fin e Formação),
251 para definir os próximos passos e com a professora para alinhar as expectativas (responsável:
252 GT Pesquisa). A Comissão Permanente da Transparência do Cfess fez a apresentação do
253 trabalho realizado até o momento, cujo propósito é a padronização e aprimoramento das
254 iniciativas de transparência do conjunto Cfess-Cress, que se constitui uma deliberação do
255 Conjunto. Essa Comissão é composta por Sandra, Rafael, Wilson, Wescley, Vitor, Adriane,
256 Dilma, e Alessandra. Assim, foi feita o uma síntese expositiva do trabalho que foi iniciado em
257 17/07/2020 e o já realizado até o momento, através de reuniões regulares. Desse modo, foram

258 realizados: levantamento de demandas, sistematização do fluxo interno de trabalho, reunião
259 com a empresa Implanta, formação de um GT (Rafael, Wilson e Wesley) para oficial/solicitar
260 à Implanta as adequações no Portal da Transparência do Cfess, feita análise das informações
261 contidas no Portal Transparência do Cfess e o indicativo de adequações dos conteúdos e do
262 layout do Portal da Transparência. Foi recuperado que os recursos do Fundo de Apoio referente
263 ao Projeto Aquisição do sistema para gestão do Portal da Transparência foram repassados aos
264 Cress no dia 20/4/2020. **Encaminhamentos:** i. Solicitar aos Cress, a prestação de contas quanto
265 a aquisição do sistema para gestão do Portal Transparência, (comprovantes de pagamento à
266 Implanta) e sobre a devida execução do site; ii. Solicitar a análise da prestação de contas
267 apresentada pelo Cfess ao Fundo de Apoio (Comissão Transparência). Logo após, a
268 **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL** apresentou os encaminhamentos feitos no âmbito
269 da Comissão para o mês corrente: 1) Foi falado do convite e pedido de indicação do Ministério
270 da Saúde para duas representações do Cfess titular e suplente no GT sobre residências em
271 genética e aconselhamento genético. Esta representação terá que participar da primeira reunião
272 do grupo agendada para o dia 17/12/2020. A Comissão indicou de duas profissões que serão
273 verificadas as disponibilidades e essa proposição foi acatado pelo Pleno. **Encaminhamento:**
274 Dialogar com Letícia Batista, e Luciana (responsável: Elaine); 2) Conselho Nacional de
275 Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda): Foi trazido informes da XI Conferência
276 Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CNDCA) que teve como tema “Proteção
277 Integral, Diversidade e Enfrentamento das Violências”, ocorrida em formato virtual, de 26/11
278 a 10/12/2020. Organizada em 5 eixos: Eixo I: Garantia dos Direitos e Políticas Públicas
279 Integradas e de Inclusão Social; Eixo II: Prevenção e Enfrentamento da Violência Contra
280 Crianças e Adolescentes; Eixo III: Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e
281 Adolescentes; Eixo IV: Participação, Comunicação Social e Protagonismo de Crianças e
282 Adolescentes; e Eixo V: Espaços de Gestão e Controle Social das Políticas Públicas de Criança
283 e Adolescentes; 3) Eleições CONANDA: A Sociedade Civil organizada encaminhou nova
284 consulta ao Superior Tribunal Federal (STF) e aguarda manifestação do Ministro Barroso,
285 relator da consulta, pois o Governo, por meio da SNDCA/MMFDH, não publicou no Diário
286 Oficial da União (DOU) a decisão de plenário do Conanda que aprovou edital de eleições da
287 sociedade civil para o próximo mandato. Isso decorre de conflito de entendimento sobre a
288 composição do Conselho e regramentos sobre mandatos, por exemplo. Atualmente o Conanda,
289 desde a sua tentativa de extinção pelo presidente da República, está funcionando ainda com

290 medida liminar sem julgamento do mérito e o segmento governamental discorda dos termos
291 que o edital foi aprovado, que remonta ao funcionamento e composição 'original' antes da
292 tentativa de extinção. Portanto, hoje, há total indefinição e instabilidade em relação à eleição e
293 ao funcionamento. **Encaminhamento:** i. Aprofundar o debate sobre representação externa; ii.
294 Trazer novamente as discussões no pleno de fevereiro; iii. Se houver processo eleitoral garantir
295 a inscrição do Cfess como eleitor e discutir por email (responsável: Elaine); 4) Lei da Educação:
296 Foi informado ao Pleno que têm sido realizadas diversas atividades/reuniões a respeito da
297 regulamentação da Lei da Educação e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da
298 Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O Cfess buscou
299 construir nota conjunta com Conselho Federal de Psicologia sobre FUNDEB e defesa da
300 educação, no entanto, houve divergências quanto ao direcionamento político desse
301 posicionamento. A conselheira Kenia tem participado em diálogos sobre isso e recuperou que
302 no dia 10/12/2020, o texto do FUNDEB foi aprovado na Câmara dos Deputados e que evidencia
303 as disputas e tensões em torno dos recursos, sendo certo que o Cfess tem defendido não disputar
304 direitos e recursos entre trabalhadores e rebate discursos que apontam para isso, bem como tem
305 posicionado criticamente em relação ao uso de recursos por parte de entidades privadas; 5)
306 Também foi informado que no dia 02/12 ocorreu *Webinário* "Psicologia e Serviço Social na
307 educação básica: a necessária regulamentação da Lei. 13.935/2019", esse evento ratifica a
308 demanda pela regulamentação da Lei e fazer valer a presença da Psicologia e do Serviço Social
309 nas redes públicas de educação básica. Participaram Elaine e Zenite. Além desse evento, foram
310 faladas de outras agendas de reuniões e eventos em que o Cfess esteve representado por algumas
311 das conselheiras/o da Comissão de Seguridade. Na sequência, a **COMISSÃO DE**
312 **ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO** apresentou os pontos. 1) Projeto Genoma: Foi dito que
313 o Cfess e os Cress não possuem acúmulo acerca do debate desse projeto e o exercício
314 profissional de assistentes sociais. Que as pesquisas na área suscitaram a importância da
315 prevenção da discriminação genética, expressão usada para descrever a estigmatização em
316 ambientes como o escolar e do trabalho, associados ao preconceito e ainda cabe
317 aprofundamento reflexivo sobre os perigos existentes no uso da manipulação do genoma
318 humano sem o devido respeito a princípios éticos e aos direitos humanos. Tal reflexão deve
319 dialogar com os valores éticos de empenho na eliminação de todas as formas de preconceito,
320 incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à
321 discussão das diferenças em contraposição ao ideário do determinismo e reducionismo genético
322 que legitima práticas violadoras dos direitos humanos; 2) Comissão de Educação - Diploma:

323 Debate sobre a adequação dos Conselhos ao cumprimento da Portaria 554/2019 que institui o
324 Diploma Digital, projeto iniciado pelo Governo Federal em 2018 e que visa agilizar a emissão
325 do documento que comprova a conclusão de curso de graduação. Questão suscitada: pensar se
326 se seria necessária adequação da Resolução CFESS 582/2010 referente aos documentos
327 necessários para a inscrição quanto a exigência de original e cópia do Diploma; 3) Comissão
328 de Acompanhamento parlamentar: Quanto a consulta pública sobre proposta de consolidação
329 dos decretos que regulamentam o exercício de profissões e conselhos profissionais, foi
330 explicado que se trata de uma proposta da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do
331 Ministério da Economia e visa possibilitar que as entidades representativas das diversas
332 profissões e os próprios profissionais envolvidos se manifestem quanto à necessidade de
333 atualização, simplificação e adequação dos normativos. Tal justificativa foi questionada se não
334 haveria um movimento para a desregulamentação de profissões. Já foram levados ao FENTAS
335 informes sobre isso; 4) Solicitação de reunião por parte da Comissão Nacional de Assistentes
336 Sociais – CONASF/FENASPS: Foi informado ao Pleno que foi agendada reunião para dia
337 15/12/2020, às 18 horas, cujo objetivo é discutir os seguintes temas pertinentes ao exercício
338 profissional no INSS que se refere ao estabelecimento de pontuação/produtividade para as
339 atividades técnicas dos Assistentes Sociais e a realização de testes do Instrumento Único da
340 avaliação da pessoa com deficiência (IFBR-M), por meio da aplicação pelos Assistentes Sociais
341 do INSS. Participarão: Elaine Pelaez, Alessandra Dias, Maria Rocha, Érika Medeiros; 5) Pedido
342 de indicação do TCU de profissional que atua na concessão de BPC: foi informado ao Pleno
343 que a Comissão indicou a conselheira Alessandra e a Comissão Nacional de Assistentes Sociais
344 da Fenasp - CONASF foi realizada por e-mail; 6) Frente Nacional contra a Privatização da
345 Saúde (FNCPS): Foram informadas das reuniões realizadas do Colegiado em 02/12/2020 e
346 16/12/2020. Em pauta, o Seminário Nacional da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde
347 que ocorrerá no primeiro semestre de 2021 e a organização da atividade de comemoração dos
348 10 anos da FNCPS que ocorrerá em 11/12/2020, que o Cfess foi convidado para participar da
349 atividade com uma fala breve (cerca de 3 minutos) na *live* dos 10 anos da FNCPS, no dia 11/12,
350 a partir das 19h e a Comissão indicou que a conselheira Elaine Pelaez representará o Cfess; 7)
351 Conselho Nacional de Saúde (CNS): informado ao Pleno que a reunião extraordinária ocorreu
352 dia 11/12/2020 com os seguintes pontos: a) CIRHT com pauta das residências em que o Cfess
353 cobrou o funcionamento da Comissão Nacional de Residências e foi aberta a fala para
354 coordenadores de fóruns que são do movimento de residências que criticaram que o governo

355 vem enfraquecendo as residências multi; b) Comissão de Orçamento e Financiamento
356 (COFIN): com o debate do Relatório Anual de Gestão(RAG); PLOA 2021 e 2º Relatório
357 Quadrimestral de Prestação de Contas (RQPC), em que os gestores tensionaram pela aprovação.
358 Com isso, a Cofin sugeriu: b.1. Recomendação para o 2º RQPC para o CNS aprovar o mérito;
359 b.2. Reprovação PLOA; b.3. O RAG ser analisado e não indicou voto por aprovação ou
360 reprovação. Plenário seguiu as recomendações da COFIN acima e votou pela reprovação do
361 RAG. Debates no Fentas também apontaram nessa direção. Esses debates foram acompanhados
362 por Elaine Pelaez através da Mesa Diretora e da participação nesta reunião e por Ruth
363 Bittencourt como representante na Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Trabalho
364 CIRHT e na COFIN; 8) Campanha “O Brasil precisa do SUS”: O objetivo dessa campanha é
365 mobilizar a sociedade para a importância da defesa do SUS e dos riscos que ele está correndo.
366 Uma das ações é pressionar o Congresso Nacional pela manutenção do piso emergencial da
367 Saúde em 2021. Sendo dito que a Plenária Virtual de Mobilização para a campanha foi realizado
368 em 07/12/2020, segunda-feira, 17 horas, cujo lançamento oficial virtual está indicado para a
369 data de 15/12/2020, terça-feira, 14 horas. 9) Nota Pública: foram trazidos informes sobre o
370 posicionamento do CNS que defendeu a Política Nacional de Saúde Mental
371 desinstitucionalizadora, antimanicomial e com participação social. Sendo citadas participações
372 em eventos diversos como o ato pela Democracia, pelo Cuidado em Liberdade e pela Defesa
373 dos Direitos Humanos em articulação CNS e CNDH. No dia 10/12/2020 às 17 horas; ações
374 sobre os efeitos da pandemia nas políticas para pessoas que convivem com HIV/AIDS; o CNS
375 debateu racismo, desigualdades e repercussões nos sofrimentos psíquicos da população negra,
376 além de diversas atividades da luta contra o racismo; ações em torno de questão da vacinação,
377 defesa da política de saúde mental pautada na reforma psiquiátrica e luta antimanicomial; 10)
378 **FENTAS**: a Plenária virtual do Fentas foi realizada dia 09/12/2020, às 19h, com pautas
379 relativas a residências multiprofissionais; RAG 2019; acesso as vacinas; política nacional saúde
380 mental. Participaram Elaine Pelaez e Ruth Bittencourt; 11) Convites e pedidos de informação
381 do Ministério da Saúde: 11.1 Cerimônia presencial de lançamento do Programa Saúde com
382 Agente, estratégia que inclui a formação técnica dos Agentes /Comunitários de Saúde e Agentes
383 de Combate a Endemias no SUS – 08/12/2020 – indicamos impossibilidade de participação;
384 11.2 Simpósio Internacional de Gestão do Trabalho em Saúde – 03 e 04/12/2020 – A
385 conselheira Elaine Pelaez representou o Cfess; 11.3 Solicitação de informações sobre os
386 registros dos filiados dos Conselhos Federais da área de saúde para atualização dos
387 denominadores do grupo de Trabalhadores de Saúde para as Campanhas de Vacinação,

388 encaminhada pelo MS mês passado. A coordenação de programas de imunizações propõe o
389 prazo de 11 de dezembro para envio da informação. A conselheira Kelly e assessoras
390 acompanham a demanda, buscando informações junto à implanta; 12) Política Nacional de
391 Saúde Mental: Informe sobre as notícias recentes em torno da saúde mental: documento
392 apresentado em reunião do CONASS que "vazou" com propostas de mudanças na política;
393 veiculação de intenção de "revogação" de portarias e legislações na linha de ataque a reforma
394 psiquiátrica e luta antimanicomial, que circulam desde 03/12. Até o momento não tem mudança
395 de fato na política de saúde mental. Há propostas e ataques e Elaine fala que se posicionar sobre
396 isso contribui nas pressões sociais para que os ataques sejam freados, adiados ou não
397 concretizados, bem como possibilita que a sociedade seja representada no nosso
398 posicionamento. Como decorrência, o Cfess lançou em 04/12 uma nota pública e vem
399 construindo posições coletivas na CISM e MD/CNS; dialogando na FNCPS e FENTAS;
400 participou/participará de reuniões e manifestos no âmbito da Frente Parlamentar em defesa da
401 Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. Com isso, foram citados vários eventos e
402 articulações que o Cfess tem participado com o intuito de incidir nessa pauta. Foi retomado um
403 ponto pendente da **COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO** que se refere a agenda 2021, cujo
404 tema é “Duas décadas do Projeto Ética em Movimento”, para isso tem sido utilizada leitura e
405 referências gráficas, produções sobre o projeto e sobre a temática, sendo informado que a Lúcia
406 Barroco foi convidada para contribuir com a agenda, a demanda era que realizasse um resgate
407 histórico do projeto. Foi falado também do conceito da capa e das divisórias, bem como será
408 realizada homenagem a Marylucia Mesquita, em que haverá predominância da cor lilás e
409 referenciada na obra do Artur Bispo do Rosário, que começa de uma muda até ter ramos
410 espalhados pela agenda que dialoga com os textos. O Pleno aprovou o projeto com indicações
411 de algumas adequações. **Encaminhamento**: i. Fazer os ajustes sugeridos; ii. Planejar pautar
412 esse debate a partir da Comissão de Comunicação; iii. Elaborar matéria no site sobre a agenda;
413 iv. Realizar devolutiva para os Cress com ofício previsão de envio da agenda pela gráfica com
414 algumas imagens para os regionais conhecerem o projeto gráfico (responsáveis: Comissão de
415 Comunicação). A reunião foi encerrada. Na manhã do domingo, o Pleno foi iniciado com a
416 **COMISSÃO DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS**, que iniciou com o ponto com as
417 definições para a realização de julgamentos de recursos éticos. 1) Recurso 11/2014: agendado
418 às 10h do dia 18/12/2020. Por problema de saúde, a conselheira relatora Lylia Rojas estará
419 impedida de participar da sessão de julgamento. A assessora jurídica, Sylvia Terra, informa que

420 o relatório já está elaborado e, portanto, a leitura deste poderá em feita por outra conselheira,
421 mantendo-se nomeada a conselheira Lyliá como relatora. A conselheira Elaine Pelaez se
422 disponibiliza para essa tarefa. O Pleno aprovou e o julgamento permaneceu na data agendada.
423 Quórum: Beth, Elaine, Maria, Francielli, Emilly, Carla; 2) Recurso Ético 01/20: agendado para
424 às 15h do dia 18/12/2020, permanece sem alterações, tendo quórum composto pelas
425 conselheiras: Maria, Elaine, Francielli, Ruth, Emilly, Carla; 3) Recurso 04/2020: agendado para
426 às 10h do dia 26/2/2021, origem Cress 1ª Região/PA, cuja relatora é Mauricleia Santos sendo
427 o quórum formado por Beth, Mauricleia, Emilly, Elaine, Daniela e Kelly; 4) Recurso 05/2020:
428 agendado para às 15h do dia 26/2/2021, origem Cress 21ª Região/MS, cuja relatora é Ruth
429 Bittencourt sendo o quórum formado por Maria, Ruth, Elaine, Daniela, Kelly e Mauricleia.

430 **Encaminhamento:** Fazer convocações das partes para os julgamentos de 26/2/2021
431 (responsáveis: Kelly, Sylvia e Ester). O ponto seguinte se referiu ao Ofício 427/2020 enviado
432 pelo Cress PR referente a demanda relacionada à Prefeitura de Toledo e Parecer Jurídico 56/20,
433 cujo processo iniciou na gestão passada, a partir de provocação da equipe de assistentes sociais
434 do Suas no município de Toledo/PR, que questionavam a Ordem de Serviço n. 2/2018, que
435 previa o atendimento integral pela equipe do Suas, às demandas oriundas do poder judiciário,
436 nos prazos estabelecidos por aquela instância. Foi recuperado o histórico da atuação do Cfess
437 em que a representação teve como fundamento o Parecer Jurídico 21/2019, de Sylvia Terra. Em
438 resposta, a prefeitura de Toledo acatou os pedidos feitas pelo Cfess na Representação, revogou
439 a Ordem de Serviço 2/2018 e expediu nova Ordem de Serviço 3/2019, a qual determina que as
440 demandas advindas do judiciário e do ministério público devem ser atendidas nos prazos
441 estabelecidos internamente, admitindo também que, nos casos de impossibilidade de
442 atendimento à demanda, as equipes deverão justificar formalmente. Foi apresentado o Parecer
443 Jurídico 56/20 que apresenta a análise das providências adotadas pelo Prefeito do Município de
444 Toledo/PR, em relação notificação extrajudicial, expedida pelo CFESS para a
445 anulação/revogação da ordem de serviço nº 02/19, expedida em 01 de março de 2019, cuja
446 origem é o Cress 11ª Região. O Pleno aprovou o parecer. **Encaminhamentos:** i. Encaminhar
447 ao Cress-PR e para a equipe de AS da prefeitura de Toledo, juntamente com Ofício,
448 respondendo ao Ofício 427/2020 do Crss-PR; ii. Caso haja desdobramentos sobre a questão,
449 será acompanhado pela Cofi/ Cress, tendo em vista que envolve o exercício profissional de
450 assistente social (responsáveis: Kelly e Cristina). Foi informada a realização do Seminário
451 Nacional das Comissões Permanentes de Ética do Conjunto Cfess/Cress (CPEs) que foi
452 avaliado como um momento de grande importância pelas reflexões que suscitou e pelas

453 informações e orientações que foram socializadas com cerca de 80 participantes, que avaliaram
454 o evento como muito positivo e que atendeu ao objetivo proposto. Também foi dito que foram
455 apresentadas sugestões de aperfeiçoamentos e adequações para o processo de trabalho das
456 CPEs, que serão analisadas pela CEDH. O ponto seguinte foi a representação junto à
457 Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) sobre a revogação de programas de
458 saúde mental, em que foi dado o informe sobre a assinatura do Cfess em representação
459 encabeçada pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim) juntamente com a OAB
460 e outras entidades, a ser encaminhada à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC)
461 em relação ao desmonte da Política de Saúde Mental. A Representação esta subscrita por 120
462 entidades, incluindo o Cfess, resumidamente solicita: instauração de Inquérito Civil; requisição
463 de informações ao MS sobre as Portarias e Atos Normativos que estão sob a perspectiva de
464 revogação e/ou alteração; recomendação ao Governo Federal para suspender qualquer alteração
465 que venha a causar potencial dano à irreversibilidade do dano que seria provocado à saúde
466 pública; e ainda, a realização de audiência pública para discussão da proposta de reforma da
467 saúde mental, em curso. Encerrado esse assunto, foi iniciada a **COMISSÃO DE**
468 **ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO**, que trouxe a demanda relativa ao INSS em que foi
469 trazido informe da reunião com CNJ, realizada em 7/12/2020, de forma virtual, que contou com
470 a presença da conselheira Maria Rocha e as assessoras especiais e a jurídica, respectivamente,
471 Cristina, Zenite e Érika. Assim, a discussão central girou em torno da nota emitida pelo Cfess
472 em relação à Resolução CNJ nº 317/ 2020, posição esta que problematiza a realização de perícia
473 socioeconômica de forma remota em processos judiciais, durante a pandemia para acesso a
474 benefícios do INSS, especialmente o BPC. Participaram pelo CNJ 3 conselheiras e 1 juíza
475 auxiliar da presidência do CNJ. As representantes do Cfess reafirmaram sua posição em relação
476 as questões que envolvem a realização de avaliações de forma remota e as implicações do ponto
477 de vista ético, do sigilo, da segurança das informações a serem obtidas para uma conclusão
478 segura e ainda a dificuldade de acesso de grande parte da população aos meios remotos.
479 Indicou-se também que o represamento das ações não é um fato novo, que vem ocorrendo nos
480 últimos anos por diversos fatores, que incluem, sobretudo, a necessidade de recomposição do
481 quadro de pessoal do INSS e os impactos da EC “Teto dos gastos” na efetivação das políticas
482 públicas. Ao final ficou acordado que o CNJ encaminhará formalmente as questões que dizem
483 respeito à realização das avaliações socioeconômicas de forma remota e o Cfess se manifestará.
484 No debate ficou evidenciado a necessidade de ampliarmos a discussão sobre as diversas formas

485 de como a/o assistente social expressa a sua opinião técnica, suas características e finalidades,
486 enfocando a diferenciação entre concessão administrativa de benefício e processos.

487 **Encaminhamentos:** i. Aguardar o ofício do CNJ para responder as indagações; ii. Recuperar
488 o debate sobre a proposta da Plenária (Cofi) sobre a produção de orientações técnicas; iii.
489 Interlocação entre as comissões – Cofi, CEDH, Seguridade, porém antes discutir com todo o
490 colegiado, podendo contar com a contribuição de profissionais e/ou docentes/ pesquisadores do
491 SS atuam nos espaços ocupacionais onde se utilizam desses instrumentais técnicos, assim como
492 os que pesquisam e/ou estudam a temática; e iv. Articular politicamente com a Fenaps em
493 relação ao que envolve o trabalho no INSS, assim como com a PFDC (responsáveis: Lyliá,
494 Alessandra, Elaine, Maria, Zenite, Cristina). Foi trazido informe quanto a demanda quanto a
495 normativa do Cfess em relação a vedação de práticas terapêuticas. **Encaminhamento:**
496 Responder a consulta com baseada na Resolução 569/2010 (responsável: Cristina). Por fim, foi
497 trazido o ponto do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Trabalho (MPT),
498 sendo recuperado que esse assunto foi tratado no Pleno de novembro último, quando as
499 assessoras Cristina Abreu e Érika Medeiros relataram a reunião ocorrida em 12/11 com
500 procuradores do Ministério Público do Trabalho (MPT) que tratou da renovação de Acordo de
501 Cooperação Técnica, visando combater irregularidades em estágios de estudantes. A proposta
502 de continuidade da cooperação entre os órgãos na constatação de irregularidades em estágios
503 que firmam as legislações. Foi encaminhado para o Cfess o teor do acordo para seja avaliado seu
504 conteúdo e acrescentado o que entender necessário. No debate foram levantadas questões relativas
505 à finalidade desse acordo, tendo como referência as atribuições do Cfess. Foi explicitado pelas
506 assessoras que a ideia é promover um fluxo de informações entre os órgãos no sentido da
507 cooperação; que não haverá inclusão de outros procedimentos, além daqueles já realizados nos
508 processos de fiscalização pelos Cress, que já inclui informações sobre estágio.

509 **Encaminhamentos:** i. Envio do acordo de cooperação para todas conselheiras/o se apropriarem
510 melhor do objeto; ii. Discussão do inteiro teor nas comissões Cofi e Formação; iii. Realização
511 dos ajustes necessários nos termos do acordo; iv. Reanálise no Pleno de fevereiro (responsáveis:
512 Érika/ Cristina). Na sequência, foi realizada apreciação da Ata da 234ª Reunião do Conselho
513 Pleno, realizada em 27 e 28 de novembro, que foi aprovada pelo colegiado. **Encaminhamento:**
514 Publicar na página do Cfess (Sandra e Comissão de Comunicação). Com isso, foi indicado o
515 término da reunião do Conselho Pleno pela conselheira presidente Maria Elizabeth Santana
516 Borges por não haver mais o que se tratar, com isso, deu a mesma por encerrada às doze horas
517 e dezoito minutos (12h18min) com agradecimentos a participação e pela qualidade dos debates

518 realizados. Nada mais havendo a tratar, na condição de Secretária, eu, Dácia Cristina Teles
519 Costa, lavrei a presente ata, que assino em conjunto com a Presidenta do Conselho.

520 Brasília, 13 de dezembro de 2020.

521

Maria Elizabeth Santana Borges
Presidente

Dácia Cristina Teles Costa
1ª Secretária